



População

Nº. 45 – Junho 2009

Revista de Estudos Demográficos

Revista de Estudos Demográficos, Nº. 45 – Junho 2009

O Número 45 da Revista de Estudos Demográficos integra três artigos:



Pessoas Migrantes

Autora: *Maria do Céu da Cunha Rêgo*



Pessoas pobres, lugares pobres, saúde pobre. Territórios amplificadores do risco na Área Metropolitana de Lisboa

Autora: *Helena Nogueira*



A População 15 anos após o Cairo

Autora: *Maria José Carrilho*

O Instituto Nacional de Estatística acaba de editar o n.º 45 da **REVISTA DE ESTUDOS DEMOGRÁFICOS (RED)**.

A RED tem uma longa tradição na divulgação de estudos demográficos em Portugal. O primeiro número foi editado em Junho de 1945 e, desde então, tornou-se num pólo de referência para a divulgação de estudos que procuram caracterizar as principais linhas de evolução da situação demográfica nacional e o seu enquadramento na situação internacional.

Reeditada em 2002, após alguns anos de interrupção, a RED tem, desde então, uma periodicidade semestral, sendo um número temático e outro generalista.

Em 2009, assinala-se o 15º Aniversário da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento, organizada pelas Nações Unidas e realizada no Cairo de 5 a 13 de Setembro de 1994, temática a que se dedica este número da RED.

Com o presente número divulgam-se três artigos cujos resumos se apresentam em seguida:

PESSOAS MIGRANTES

O artigo parte de duas mensagens da Conferência do Cairo no domínio das migrações internacionais em que a delegação portuguesa se envolveu particularmente - os direitos humanos de todas as pessoas migrantes e o

direito ao reagrupamento familiar - para dar visibilidade a textos relevantes entretanto produzidos e objecto de recomendação institucional, acordo intergovernamental ou vinculação jurídica, no âmbito de organizações internacionais e da União Europeia.

Com a mesma metodologia se dá conta da transversalização da igualdade de homens e mulheres, nas políticas públicas relativas às migrações internacionais, dado que as Nações Unidas celebram o Cairo à luz dos Objectivos do Milénio e a Igualdade de Género é o 3º desses objectivos.

Conclui-se com a posição relativa de Portugal sobre a matéria e com uma reflexão sobre o contributo das pessoas migrantes para a paz universal.

PESSOAS POBRES, LUGARES POBRES, SAÚDE POBRE. TERRITÓRIOS AMPLIFICADORES DO RISCO NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

As variações em saúde têm sido recorrentemente estudadas e debatidas pela comunidade científica e política, sobretudo quando se concluiu pela tendência de manutenção ou até aumento dessas variações. Vários factores têm sido apontados como fulcrais na génese e manutenção das variações em saúde, identificando-se diferentes níveis de factores – individuais e contextuais – e diferentes formas de acção – directa e indirecta. Entre eles, a privação sociomaterial, e o seu efeito de degradação dos níveis de saúde, tem sido um dos mais e melhor estudados. Pessoas pobres têm mais probabilidade de residir em áreas de privação e a interacção entre pobreza individual e privação da área resulta numa saúde mais pobre, em comportamentos menos saudáveis e num aumento das desigualdades em saúde. A privação sociomaterial dos lugares é, pois, um factor de amplificação do risco individual que urge “descodificar”, identificando as condições de vida quotidiana responsáveis pela pior saúde dos residentes nos lugares mais pobres.

Este estudo promove uma abordagem dinâmica e inclusiva das determinantes da saúde na Área Metropolitana de Lisboa, integrando determinantes de níveis distintos (individuais e contextuais), que actuam por diferentes mecanismos (directos e indirectos). Para além da identificação dos principais factores de risco para a saúde, previamente divulgados num número anterior desta revista, revelam-se agora as áreas de maior risco. Os resultados mostram que é possível identificar iniquidades nas condições de vida quotidianas, que possuem um impacto negativo na saúde, e que estão, muitas vezes, subjacentes à privação socioeconómica. Mas mostram também que os espaços do quotidiano podem emergir como territórios de risco para a saúde, amplificando o efeito debilitador de alguns atributos individuais. Conclui-se que é possível identificar as determinantes sociais da saúde e o modo como estas se agrupam formando territórios de vulnerabilidade e risco para a saúde. Conclui-se ainda que a melhoria dos níveis de saúde é possível através de políticas integrativas, intersectoriais e estratégicas, direccionadas não apenas aos indivíduos mas também aos seus espaços de vida: reduzir a pobreza individual, reduzir a privação dos lugares; reduzir as iniquidades no acesso e na utilização dos recursos, promover a coesão territorial e social; transformar territórios de risco em territórios promotores de saúde.

A POPULAÇÃO 15 ANOS APÓS O CAIRO

O Programa de Acção adoptado na Conferência do Cairo em 1994 inovou na abordagem às questões de população e desenvolvimento bem como no campo dos direitos humanos, em particular das mulheres.

O presente artigo evidencia alguns dos objectivos traçados, nomeadamente, o avanço comparativamente às recomendações das conferências anteriores e analisa alguns dos objectivos considerados prioritários para alcançar o desenvolvimento sustentável e o bem-estar dos homens e das mulheres: promover a igualdade de género; o acesso à educação; o acesso à saúde, incluindo a saúde reprodutiva.

Aborda-se, ainda, de forma sintética, a evolução demográfica observada no Mundo e em Portugal, bem como algumas iniciativas nacionais no campo da saúde reprodutiva, após a Conferência do Cairo.